

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.883 - RN (2015/0274003-3)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : ROBERTO LUIZ FAGUNDES GALVAO**  
**REPR. POR : ARLI CARVALHO DELOQUE - CURADOR**  
**ADVOGADOS : DANIELLE GUEDES DE ANDRADE RICARTE - RN000648A**  
**EDUARDO XAVIER DA SILVA - RN013142**

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com fundamento nas alíneas "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 449-450):

Processual Civil e Administrativo. Recurso da ação ante sentença, que lhe foi desfavorável, em ação ordinária, na qual o autor busca o reconhecimento da prescrição da Administração no sentido de rever atos ligados a sua aposentadoria, ocorridos no ano de 1996, levando em conta que só em 2013 a apelante notificou o demandante.

De abril de 1996 a novembro de 2011, o autor recebeu seus proventos na classe especial, ocasião em que a ré, bafejada pela constatação de erro material no cadastro SIAPE, o corrigiu em novembro de 2011, notificando o servidor, em 2013, a devolver a soma de R\$ 199.529,41, recebida a maior.

Nas razões recursais, a ré destaca a mudança de classe, de da 1ª. para a especial, ocorrida por erro material no cadastro SIAPE, ou erro operacional da administração pública, dando-se ao demandante o direito de defesa, não ocorrendo a prescrição por se tratar de ato que se renova mensalmente.

A teor da peça recursal, não se verifica a decadência no que tange a revisão dos proventos do apelado, somente operada em 2013, antecedido de processo administrativo instaurado em 2011, por se cuidar de prestação de trato sucessivo, a se renovar mensalmente a medida em que os proventos são pagos.

Antes de tudo, o início da percepção dos proventos se verificou em abril de 1996, quando o apelado teve seu nome incluído no sistema de pagamento como se fosse classe especial em lugar de primeira classe.

Neste sentido, somente em 31 de maio de 2013, a ré notificou o apelado para devolver a quantia de R\$ 199.529,41, ou seja, exatamente dezessete anos depois, circunstância que faz invocar o prazo de cinco anos após a vigência da Lei 9.784, de 1999.

A revisão dos atos administrativos, cujo direito não se discute, também obedece a prazo, e, este, a teor do diploma referido, é quinquenal, de modo que não é dado a Administração Pública rever atos depois de dezessete anos de sua efetivação.

O acolhimento do inconformismo da apelante significaria a construção de um sistema de incertezas e de dúvidas, no qual o servidor, no caso, ficaria a

# *Superior Tribunal de Justiça*

mercê de anos e anos depois de aposentado ser surpreendido com medidas desse jaez, o que viria, como vem, de encontro ao princípio da segurança dos atos jurídicos.

Improvemento da apelação e da remessa oficial.

Opostos embargos de declaração pela União, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 476-479).

Sustenta a recorrente a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973. Assevera que a decisão colegiada foi omissa em apreciar a tese da impossibilidade de convalidação de ato ilegal.

No mérito, alega ofensa aos arts. 54 e 55 da Lei n. 9.784/1999; 114 da Lei n. 8.112/1990; 166, II, 169 e 185 do Código Civil, sob o argumento de inexistir decadência do direito de a administração rever o ato que concedeu benefício indevido em virtude de erro administrativo, por se tratar de ato nulo, impassível de convalidação.

Argumenta ainda que não há se falar em decadência, porquanto a percepção irregular dos proventos é prestação de trato sucessivo, de modo que o prazo se renovaria mensalmente.

Salienta, por fim, a contrariedade aos arts. 46, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei n. 8.112/1990, e 884 e 885 do Código Civil de 2002, já que o Tribunal de origem entendeu, de forma equivocada, que não seria possível a restituição ao erário dos valores indevidamente recebidos.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 517-532, propugnando pelo não conhecimento do recurso ou, caso conhecido, para que seja negado provimento.

É o relatório.

Não merece prosperar a irresignação da recorrente.

Com efeito, no caso em questão, o Tribunal de origem reconheceu a decadência do direito de a administração suprimir as vantagens recebidas indevidamente por servidor público federal aposentado, devido ao decurso de mais de 5 (cinco) anos, desde o início do recebimento das verbas.

Confira-se (e-STJ, fl. 448):

Antes de tudo, o início da percepção dos proventos se verificou em abril de 1996, quando o apelado teve seu nome incluído no sistema de pagamento como se fosse classe especial em lugar de primeira classe.

Neste sentido, somente em 31 de maio de 2013, a ré notificou o apelado para devolver a quantia de R\$ 199.529,41, ou seja, exatamente dezessete anos depois, circunstância que faz invocar o prazo de cinco anos após a vigência da Lei 9.784, de 1999.

A revisão dos atos administrativos, cujo direito não se discute, também obedece a prazo, e, este, a teor do diploma referido, é quinquenal, de modo que não é dado a Administração Pública rever atos depois de dezessete anos de sua efetivação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O acolhimento do inconformismo da apelante significaria a construção de um sistema de incertezas e de dúvida, no qual o servidor, no caso, ficaria a mercê de anos e anos depois de aposentado ser surpreendido com medidas desse jaez, o que viria, como vem, de encontro ao princípio da segurança dos atos jurídicos.

Tal posicionamento encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, que reconhece a incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/1999 em relação ao direito de anular tanto atos nulos quanto anuláveis quando decorram efeitos favoráveis aos destinatários.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. PODER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO. SEGURANÇA JURÍDICA. PRAZO QUINQUENAL. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É firme a orientação desta Corte de que a autotutela administrativa dos atos - anuláveis ou nulos - de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários está sujeita ao prazo de decadência quinquenal. Após o transcurso do referido prazo decadencial quinquenal sem que ocorra o desfazimento do ato, prevalece a segurança jurídica em detrimento da legalidade da atuação administrativa.

2. Assim, inviável acolher a pretensão do Estado de que tal relação tenha caráter de trato sucessivo, o que renovaria o prazo de revisão da Administração mês a mês.

3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp 676.880/SC, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 6/12/2018, DJe 19/12/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ATO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 54 DA LEI 9.784/99. ATOS NULOS OU ANULÁVEIS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO DESPROVIDO.

1. A admissão de Recurso Extraordinário, com base na existência de repercussão, geral não impede o normal andamento das demandas em trâmite nesta Corte que versem sobre o mesmo tema.

2. O entendimento adotado pela Corte de origem destoa do Superior Tribunal de Justiça, de que a autotutela administrativa dos atos que decorram efeitos favoráveis para os destinatários estão sujeitos ao prazo decadencial quinquenal, previsto no art. 54 da Lei 9.784/99, sejam eles anuláveis ou nulos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento.  
(AgInt no AREsp 584.739/ES, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 24/10/2016)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ATO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 54 DA LEI 9.784/99. ATOS NULOS OU ANULÁVEIS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. O acórdão recorrido encontra-se em dissonância com a jurisprudência desta Corte, consolidada no sentido de que o prazo decadencial para que a Administração promova a autotutela, previsto no art. 54 da Lei 9.784/99, aplica-se tanto aos atos nulos, quanto aos anuláveis. Com efeito, "a autotutela administrativa dos atos - anuláveis ou nulos - de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários está sujeita ao prazo de decadência quinquenal, previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999. A regra não se aplica de forma retroativa, e, nos atos anteriores à citada norma, o termo a quo é o dia 1º.2.1999, data em que a lei entrou em vigor". (STJ, REsp 1.157.831/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/04/2012). No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp 1.147.446/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 26/09/2012.

II. Nesse sentido, "o poder-dever da Administração rever seus próprios atos, mesmo quando eivados de ilegalidade, encontra-se sujeito ao prazo decadencial de cinco anos, ressalvada a comprovação de má-fé, nos termos do previsto no art. 54, caput, da Lei 9.784/99 combinado com o art. 37, § 5º, da Constituição da República" (STJ, AgRg no REsp 1.133.471/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, DJe de 25/06/2014). Em igual sentido: AgRg no REsp 1.551.065/RN, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/09/2015; AgRg no REsp 1.538.807/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/11/2015; AgRg no RMS 39.359/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/09/2015; AgRg no REsp 1.502.298/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/09/2015; AgRg no RMS 13.710/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 23/09/2015.

III. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 586.448/RJ, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 30/3/2016)

Não procede o argumento de que, como a vantagem indevida é recebida mês a mês, o prazo decadencial se renova a cada pagamento, porquanto o termo inicial da decadência nesses casos é a data do primeiro pagamento indevido, por força do § 1º do art. 54 da Lei n. 9.784/1999.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REVISÃO DE

# Superior Tribunal de Justiça

PROVENTOS/PENSÕES. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVER ATO ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÕES CONTÍNUAS. TERMO INICIAL. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO. ART. 54 DA LEI 9.784/1999.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado por Alda Cândida Nascimento Valadares e outros contra ato imputado ao Diretor-Geral e ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, para determinar às autoridades coatoras que se abstenham de proceder a qualquer redução da vantagem do artigo 184, inciso II, da Lei 1.711/1952, bem como a qualquer desconto nos proventos/pensões dos impetrantes, a título de reposição ao erário.

2. É firme no STJ o entendimento de que, em se tratando de atos de que decorram efeitos patrimoniais contínuos, como aqueles decorrentes de pagamentos de vencimentos e pensões, ocorridos após a entrada em vigor da Lei 9.784/1999, nos quais haja pagamento de vantagem considerada irregular pela Administração, o prazo decadencial de cinco anos é contado a partir da percepção do primeiro pagamento indevido, consoante reza o § 1º do art. 54 da Lei 9.784/1999.

3. *In casu*, cuidando-se de pretensão de revisão de proventos/pensões, o termo inicial do prazo decadencial do art. 54 da Lei 9.784/1999 conta-se a partir do primeiro pagamento errôneo, o que se deu em abril de 2005, findando-se o referido prazo em abril de 2010, não havendo dúvidas de que decaiu o direito da Administração Pública de rever, em maio de 2010, os benefícios percebidos pelos recorrentes.

4. Recurso Especial de Alda Cândida Nascimento Valadares e outros provido, a fim de que seja reformado o acórdão recorrido, para reconhecer a decadência no caso concreto. Julgo prejudicado o Recurso Especial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

(REsp 1.758.047/ES, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 21/11/2018)

Por fim, cumpre apenas consignar que a manutenção do reconhecimento da decadência prejudica a análise da alegação do dever de reposição dos valores recebidos pelo recorrido.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator